

A Economia e a Felicidade: uma introdução

A ciência económica trata das escolhas dos seres humanos, procurando entender o seu fundamento e consequências. Sendo assim, como lidam os principais economistas com o conceito de felicidade ?

O ser humano, na condução da sua vida, lida com frequência com as questões fundamentais da vida. Qual o propósito último da existência? Como nos relacionamos com a divindade? Esses elementos, essenciais na Filosofia e Teologia, estão praticamente ausentes nas discussões de Economia; que, no entanto, é vista como ciência da escolha. Como é possível que a maior parte das pessoas considere como extemporâneas nesta disciplina a presença daquelas questões que são mais determinantes nas escolhas da vida humana?

Partindo dos trabalhos de Adam Smith, o «pai da Economia moderna» e de alguns outros autores de referência, é possível analisar brevemente a forma como os economistas, desde o princípio, conseguiram limitar o seu tema de análise e fugir às questões fundamentais da felicidade, de Deus e dos fins últimos da vida humana.

1. A economia

*«Toda a arte e toda a investigação e, do mesmo modo, todo o projecto e actividade prática, parecem dirigir-se para um certo bem»
(1094a1-2) «Se entre os fins a que as nossas acções se dirigem,*

houver um que desejamos por causa dele mesmo, enquanto desejamos os outros apenas por causa deste, e se não desejarmos tudo por causa de qualquer outra coisa (o que obviamente resultaria num processo «ad infinitum», de forma que todo o desejo seria fútil e vão) é claro que este fim último, tem de ser o Bem e, de facto, o Bem Supremo» (1094a19-23) «No que toca ao seu nome, podemos quase dizer que a grande maioria da humanidade está de acordo nele; pois quer a multidão quer as pessoas de requinte falam dele como Felicidade, e concebem «a vida boa» ou «estar bem» como sendo a mesma coisa que «ser feliz»» (Aristóteles: 1095a17-21).

Com estes trechos iniciais da «Ética a Nicómaco» de Aristóteles ficou estabelecido um dos teoremas mais básicos e determinantes da Ética e da Filosofia de todos os tempos: o que o ser humano busca é, em última análise, a felicidade. A fecundidade desta observação primordial da Moral é atestada ao longo dos séculos de múltiplas formas e ainda hoje permanece uma das observações mais influentes e proveitosas.

Saber o que o ser humano busca é o objecto de muitas «artes e investigações», para usar a expressão citada de Aristóteles. Mas entre elas, uma das que se dirige mais directamente a essa questão é, sem dúvida, a Economia. Como ciência da escolha, essa disciplina procura entender, de uma forma particular, as intrincadas subtilezas da decisão. Trata-se, obviamente, de um certo tipo particular de análise, que não substitui outras abordagens complementares. Mas o seu propósito, como as demais, é entender «aquilo que o ser humano busca».

Necessariamente, a própria semântica da Economia se relaciona com estas questões filosóficas. A grande categoria que essa ciência usa na sua análise é exactamente conhecida pela palavra «bem». A realidade é classificada em «bens económicos», entidade que subjaz a todos os estudos da disciplina. Até aí se nota a semelhança com o raciocínio de Aristóteles e dos seus sucessores.

Durante muito tempo julgou-se que o que caracterizava a Economia, nessa abordagem à acção humana, era de tratar de um certo tipo de «bens» e decisões. Assim, considerava-se que o seu domínio característico eram as escolhas relacionadas com dinheiro, consumo, produção, troca, etc. E ainda hoje muitos pensam assim. Mas a investigações de vários autores têm vindo a alargar muito esse domínio. Tem-se mostrado que a abordagem da Economia permite contributos válidos para a compreensão de fenómenos tão

variados como o crime, a família, a propriedade, a discriminação, a escolha pública, a história, etc (ver, por exemplo, Becker: 1976), que resume a obra de um autores mais versáteis nesta área). Em todos estes casos, considerar a decisão como centrada na racionalidade e respondendo a incentivos, permite elaborações muitos interessantes.

Isso significa que, cada vez mais, a Economia trata da felicidade. Não apenas indirectamente, como todas as «artes e investigações», mas de forma bastante directa e imediata. Gary Becker, o já nomeado prémio Nobel, começou o referido livro de colectânea da sua obra por uma citação de George Bernard Shaw: «Economia é a arte de levar a vida o melhor possível» («*Economics is the art of making the most of life*», Becker: 1975, 3), uma visão que muitos ligariam imediatamente à felicidade.

Como é que literatura da Economia lida com esta questão? O que tem essa ciência a dizer sobre a felicidade? Até que ponto a ciência económica toma consciência das questões fundamentais da vida humana? O propósito deste pequeno texto é levantar alguns elementos para responder a estas perguntas. Partindo de algumas das obras mais influentes no caminho da disciplina, analisar a forma como se relacionam com o propósito último de Aristóteles e a maneira como entendem (ou não) os seus resultados em conformidade com ele.

A primeira secção centra-se na obra que, tradicionalmente, é considerada como fundante da investigação, a do escocês Adam Smith (1723-1790). Aí se vai notar como a futura ciência nasceu no meio do «iluminismo escocês», uma forma filosófica bastante peculiar, que tinha sobre estas questões uma visão muito específica. Esta origem cultural ensombrou deste então toda a disciplina. Apesar de esforços posteriores, que serão brevemente referidos adiante, os economistas, a partir de Adam Smith, perderam de vista a verdadeira felicidade.

2. O desvio na fundação – Adam Smith

A Economia nasceu no seio do iluminismo e, em particular, do iluminismo escocês. Este facto tem fortes consequências, criando mesmo o que pode chamar «o pecado original» desta ciência, citando Neves (1999).

Adam Smith era amigo pessoal e admirador de David Hume (1711-1776), também ele um precursor da Economia (ver Ross: 1995, sobretudo cap. 11 e 17) . Hume, como é sabido, é o fundador de uma teoria ética empirista, de enorme influência no século XVIII. Essa forma de ver as coisas foi incorporada totalmente pelo seu colega e discípulo. Deste modo, a ciência económica nascente pode e deve ser vista como um corolário da ética humeana.

A consideração da forma como Adam Smith, a figura central do nascimento da nova ciência, considerava Deus e a felicidade humana são prova suficiente dessa influência e manifesta o estigma que acompanhará toda a ciência.

2.1. Adam Smith e Deus

«A ideia do divino Ser, cuja benevolência e sabedoria têm, por toda a eternidade, concebido e conduzido a imensa máquina do universo de forma a produzir em todos os tempos a maior quantidade possível de felicidade, é certamente, de todos os objectos de contemplação humana, de longe o mais sublime. Todo outro pensamento aparece necessariamente mesquinho por comparação» (Smith: 1759, 385).

Esta frase do «Pai da Economia» é das mais citadas quando se pretende mostrar a sua profundidade filosófica e espiritual e a consciência que o fundador tinha dos elementos transcendentais. Mas, ao citar esta apenas frase, trunca-se um raciocínio que ainda não atingiu o seu termo. O que Smith pretende dizer só fica claro se se continuar a ler.

«A administração do grande sistema do universo, no entanto, o cuidado da felicidade universal de todos os seres racionais e sensíveis, é o assunto de Deus, e não do homem. Ao homem está entregue um departamento muito mais humilde, mas mais adequado à fraqueza dos seus poderes e à estreiteza da sua compreensão – o cuidado da sua própria felicidade, da da sua família, da dos seus amigos, do seu país: que ele esteja ocupado na contemplação do mais sublime não pode nunca ser uma desculpa para negligenciar o departamento mais humilde; ele não se pode expor à acusação que Avidius Cassius se diz ter dirigido a, talvez injustamente, a Marcus Antoninus que enquanto ele se entregava a especulações filosóficas, e contemplava a prosperidade do universo, negligenciava a do Império Romano. A mais sublime especulação do filósofo contemplativo mal pode compensar o esquecimento do menor dever activo» (Smith: 1759, 386).

Como se vê, o propósito da argumentação é reproduzir a crítica feita ao imperador Marco Aurélio (121-180) por Avidus Cassius, e concluir com uma das habituais frases lapidares do professor escocês: «*A mais sublime especulação do filósofo contemplativo mal pode compensar o esquecimento da menor dever activo*».

Este trecho é anterior à *Economia*, pois foi retirado do livro «*Teoria dos Sentimentos Morais*» de 1758, que constituiu o primeiro volume das lições de moral do filósofo. Apesar dessa data, ele mostra bem um enfiamento que será muito influente no trabalho posterior. Sabemos, pela correspondência do autor, que David Hume considerou esta obra como uma excelente referência para as suas próprias ideias morais (ver Ross : 1995, 157-8 e 179-80).

O ponto mais notável do raciocínio, que nos ajuda a compreender a forma como Smith considera Deus, está na ausência de Encarnação. Pode dizer-se que não se trata aqui da «divinidade dos deístas», que cria o mundo e se desinteressa dele. Mas, por outro lado, Smith também não considera o Deus dos cristãos, que nasceu como um homem, viveu entre nós e morreu para nos salvar. O Deus de Smith existe e trata do universo. Mas cada um trata de si. Ele tem o seu plano, que não se cruza, realmente, com o dos homens. A finalidade explícita da acção do homem é «*a sua própria felicidade, da da sua família, da dos seus amigos, do seu país*», mas desligada de Deus. É por isso que a contemplação é considerada um custo para a acção, a qual tem prevalência absoluta.

Estas ideias florescem depois na «*Riqueza das Nações*» e na *Economia* nascente. Por exemplo, da visão de um Deus remoto e irrelevante e da prioridade ao activismo, deduz-se a convicção da irracionalidade das leis religiosas:

«As leis respeitantes aos cereais podem ser universalmente comparadas às leis religiosas. As pessoas sentem-se tão interessadas na sua subsistência nesta vida e na felicidade numa vida futura que o governo se vê obrigado a ceder perante os preconceitos e, para preservar a tranquilidade pública, a estabelecer o sistema que elas aprovaram. É talvez por isso que tão raramente se encontra um sistema razoável que tenha em conta um destes objectivos capitais»
(Smith: 1776, II 66-67).

Note-se como esta afirmação da irracionalidade das leis religiosas aparece no meio de uma apreciação de uma política concreta. Isto prova bem a influência que a abordagem espiritual de

Smith tem na sua análise económica. Não admira, pois, que a Economia se reduza a uma visão estritamente terrena, directa, tacanha até, recusando a inclusão de todos os elementos espirituais que compõem a verdadeira felicidade.

2.2. *Smith e a Igreja*

A estes elementos, sobre os quais muito mais mereceria ser dito, juntam-se dois preconceitos graves, que dão os toques finais numa abordagem que nasce irremediavelmente enviezada. O primeiro é o chavão que já vem do Renascimento quanto à Filosofia medieval. Ele vem formulado a propósito da felicidade.

«Em que consistia a felicidade e perfeição do homem, considerado não apenas como um indivíduo, mas como o membro de uma família, de um estado e da vasta sociedade humana, era o objecto que a antiga Filosofia Moral se propunha investigar. Nessa Filosofia os deveres morais da vida humana eram tratados com estando sobretudo sujeitos à felicidade e perfeição dessa mesma vida. Mas quando a Moral, tal como a Filosofia Natural, vieram a ser ensinadas apenas como um apêndice da Teologia, esses deveres eram tratados como estando sobretudo sujeitos à felicidade numa vida futura. Na antiga Filosofia, a perfeição da virtude era representada como factor necessário de produção, para a pessoa que a possuía, da mais perfeita felicidade nesta vida. Na Filosofia moderna era frequentemente representada como sendo geralmente, ou melhor, quase sempre, incompatível com qualquer grau de felicidade nesta vida; e o céu só se alcançava através do sofrimento e da mortificação, através da austeridade e rebaixamento próprios do monge; não pela conduta liberal, generosa e vivaz de um homem. Assim aquele que era de longe o mais importante de todos os ramos da Filosofia, tornou-se também sem dúvida no mais corrupto» (Smith: 1776, II 404).

É evidente que o setecentista Smith ignora os contornos da Filosofia escolástica que critica. Limita-se a subscrever acriticamente as posições que são populares no seu tempo, conhecendo-a apenas em segunda mão e através dos inimigos.

A esta ideia junta-se o preconceito britânico contra a Igreja Católica. O habitualmente perspicaz Smith não consegue libertar-se dele, a ponto de fazer uma acusação tão geral a ponto de ser ridícula.

«De modo como estavam as coisas em grande parte da Europa durante os séculos X, XI, XII, e XIII, e durante algum tempo antes

e depois desse período, a constituição da Igreja de Roma pode ser considerada como a mais formidável combinação que jamais foi formada contra a autoridade e a segurança do governo civil, assim como contra a liberdade, a razão e a felicidade do ser humano, que podem apenas desenvolver-se quando o governo civil é capaz de as proteger. Nessa constituição, as ilusões mais primárias da superstição eram apoiadas de tal modo pelos interesses privados de um número tão grande de pessoas que estavam fora de qualquer perigo de assalto por parte da razão humana (...) Mas essa fábrica imensa e bem construída que toda a sabedoria e virtude do homem nunca tinham podido abalar, e muito menos derrubar, foi-se tornando, pela força natural das coisas, cada vez mais fraca, até à posterior destruição parcial e parece agora provável a sua ruína total no decurso de mais alguns séculos.» (Smith: 1776, II 448-449).

Como é possível que a «a Igreja de Roma» se tenha mantido e prosperado durante tantos séculos, se é «a mais formidável combinação que jamais foi formada contra (...) a liberdade, a razão e a felicidade do ser humano»? Esta é, certamente, das afirmações mais chauvinistas do grande liberal.

2.3. Smith e a Felicidade

O filósofo Adam Smith poderia ter visões remotas sobre Deus e preconceituosas sobre a Igreja. Mas qual a sua posição sobre a felicidade? Aqui reside, finalmente, o ponto charneira que vai determinar a concepção da Economia. Já vimos que a ciência vai nascer agnóstica e anti-clerical, mas vimos também que a felicidade é a finalidade da vida. Mas como considera a felicidade?

Logo no Tratado dos Sentimentos Morais, Smith afirma:

«A felicidade consiste na tranquilidade e no gozo. Sem tranquilidade não pode haver gozo (...) A maior fonte quer da miséria e desordens da vida humana para surgir de sobrestimar a diferença entre uma situação permanente e outra. A avareza sobrestima a diferença entre pobreza e riqueza; a ambição, a entre um cargo privado e público; a vã glória, a entre a obscuridade e a larga reputação. A pessoa sob qualquer destas extravagantes paixões é não apenas miserável na sua situação actual, mas está frequentemente disposta a perturbar a paz da sociedade de forma a chegar àquilo que tão tolamente admira» (Smith: 1759, 250-251).

Pode determinar-se nesta frase uma relação entre a felicidade e as virtudes que tem bastante semelhanças com Aristóteles e S. To-

más. Mas não fica clara qual a relação entre a felicidade e os fins últimos da vida humana. Se a relação entre a felicidade e as acções que lhe estão sujeitas é visível, ainda não está clara a que se sujeita a felicidade. Mas as frases seguintes clarificam muito bem este ponto.

«O que pode ser adicionado à felicidade do homem que está de boa saúde, que está sem dívidas e tem uma consciência tranquila? A alguém nesta situação todos os acrescentos de fortuna podem propriamente ser ditos supérfluos; e se ele for muito elevado por causa deles, deve ser o efeito da mais frívola leviandade. Esta situação, no entanto, pode muito bem ser chamada o estado natural ou ordinário da humanidade. Apesar da presente miséria e depravação do mundo, tão justamente lamentada, este é realmente o estado da maior parte dos homens. A maior parte dos homens, portanto, não pode encontrar qualquer grande dificuldade em se elevar a si mesmo a toda a alegria que qualquer acesso a esta situação pode bem excitar no seu companheiro» (Smith: 1759, 105-106).

Na Riqueza das Nações, esta forma de ver as coisas é repetida:

«a felicidade e a desgraça que residem totalmente no espírito, têm necessariamente que depender mais do estado saudável ou doente, mutilado ou escorreito do espírito, do que do corpo» (Smith: 1776, II 424).

A questão fica, assim, clarificada. O ideal de Smith não é o prazer, o consumo, a satisfação dos instintos. Esta abordagem está muito acima do chamado «homo oeconomicus», egoísta, materialista, interesseiro. Mas, ao mesmo tempo, esta visão está também muito abaixo da felicidade divina de S. Tomás de Aquino ou mesmo de Aristóteles. Estar *«de boa saúde, sem dívidas e de consciência tranquila»* é um ideal de um homem virtuoso, de um filósofo bem intencionado. Mas não passa das questões mundanas, dos assuntos civis, da vida presente.

Considerando este conceito de felicidade, não admira que a Economia perca de vista as grandes escolhas da humanidade. Esta visão, sem dúvida, ajudou à operacionalização da ciência e permitiu-lhe grandes sucessos pragmáticos. Mas desligou-a de vez das escolhas fundamentais da vida humana e menorizou-a necessariamente em termos filosóficos. A nova ciência passou a dedicar-se às condições que permitiam uma pessoa ter *«boa saúde, estar sem dívidas»*. Até abandonou a questão da consciência tranquila.

Assim, a visão limitada e empirista do iluminismo escocês formou definitivamente o assunto da Economia. Essa doutrina foi um dos pontos altos do espírito humano, mas falhou o seu propósito. Com a decadência do «projecto moral do iluminismo» (ver Neves: 1999 e McIntyre: 1984, cap. 5 e 6), o problema começou a ser sério para o suporte intelectual da nova ciência.

3. A evolução subsequente

Adam Smith intuiu os resultados básicos da Economia, mas esteve longe de a organizar como disciplina. O «Ensaio» de 1776, marco essencial do seu nascimento, não é um tratado científico. Foram os discípulos de Smith que estruturaram a ciência. Em particular, depois de David Ricardo (1772-1823) e dos seus «Princípios» de 1817, a Economia dispõe de um modelo básico que suporta uma escola intelectual, a «escola clássica». Será esta que, depois das descobertas fundamentais dos finais do século XIX, irá evoluir para a «escola neoclássica» que hoje domina a ciência.

Depois das suas origens iluministas, a Economia seguiu um caminho que se aproximou das várias fases da Filosofia contemporânea (ver a descrição em Neves: 1999, que traça a linha dos dois percursos e a ligação entre eles). Mas, ao mesmo tempo, a nova ciência ia ganhando uma dinâmica própria e afastando-se da reflexão filosófica.

3.1. A economia e a riqueza

A partir de Adam Smith e do seu conceito limitado de felicidade, os economistas evoluíram no seu estudo. A pouco e pouco, a nova ciência desligava-se dos fundamentos filosóficos. Desaparecia a relação ao conceito profundo de felicidade. A análise era lançada a partir de uma noção muito mais superficial, o conceito de riqueza. Um breve olhar para as obras mais marcantes das fases seguintes da ciência chegou para mostrar isso.

David Ricardo (1772-1823), o fundador da escola clássica, na primeira página do seu tratado, define o propósito do seu estudo da seguinte forma:

«O produto da terra – tudo o que se extrai da sua superfície pela aplicação conjunta do trabalho, equipamento e capital – é dividido

pelas três classes da comunidade (...) O principal problema da Economia Política consiste em determinar as leis que regem essa distribuição» (Ricardo: 1817, prefácio, p.25).

O grande John Stuart Mill (1806-1873), apogeu da mesma «escola clássica», também na primeira página do seu tratado, define

«A concepção da Economia Política como ramo da ciência é extremamente moderna, mas o assunto das suas investigações constituiu necessariamente em todas as eras um dos principais interesses práticos da humanidade e, em alguns, injustificadamente muito absorvente. Esse assunto é a Riqueza».

Karl Marx (1818-1883), o último expoente da escola clássica, apesar de filósofo profissional, não tem qualquer dúvida que a economia se dirige à riqueza, e não à felicidade. As primeiras palavras do seu monumental «Das Kapital», Marx (1865) são «*A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza*» (Marx: 1865, 41). Podemos dizer que chegámos ao ponto mais materialista da Economia: o tratamento exclusivo das mercadorias.

Entretanto, pelo seu lado, a futura escola, se havia de contestar muitos postulados da sua antecessora «clássica», aceitaria este postulado fundamental. O precursor da «economia neoclássica», Antoine Augustin Cournot (1801-1877) dedicou o seu tratado fundamental Cournot (1838), aos «*Princípios da Teoria da Riqueza*». A Economia estava definitivamente desligada da felicidade.

3.2. Stuart Mill e o utilitarismo

Enquanto a ciência se desenvolvia, perdia de vista os seus fundamentos profundos. No século XX pode dizer-se que a reflexão dos economistas foi, em geral, bastante alheia às profundidades da especulação filosófica. Mas ao longo do século XIX essas ligações eram ainda normais, embora crescentemente mais difíceis. Uma breve passagem por esses tempos «semi-filosóficos» da Economia pode esboçar a forma como iam sendo lidadas as relações dos raciocínios económicos com a felicidade.

Pouco depois do abandono do iluminismo, a Filosofia dominante na ciência passou a ser o utilitarismo. Doutrina pragmática,

nascida sobretudo dos trabalhos de Jeremy Bentham (1748-1832), esta escola ética tem naturalmente fortes ligações com a evolução da ciência económica. David Ricardo, o mais genial discípulo de Smith e, sobretudo, John Stuart Mill, o mais genial discípulo de Bentham e Ricardo, são expoentes simultaneamente da economia e do utilitarismo.

Vale a pena considerar um pouco o pensamento de Stuart Mill sobre este tema, não só pela sua profundidade mas também pela sua influência. O seu livro (Mill: 1848) foi o primeiro manual de Economia que ensinou o tema a gerações. Mas Mill é, ao mesmo tempo, com a sua obra (Mill: 1861), o principal defensor do utilitarismo de Bentham, já então em vias de extinção. A recuperação que os esforços de Mill conseguiram foi de pouca duração ... a não ser na Economia. Aí o conceito de utilidade, diferente da tacanhez da análise benthamiana, iria encontrar a sua única forma de perenidade. A ciência económica hoje não é utilitarista, mas usa intensamente o conceito de utilidade.

Como trata Stuart Mill das questões de Deus e da felicidade? Um pequeno trecho do tratado de 1861 chega para dar uma ideia da forma como, quase cem anos depois de Smith, um economista filósofo lidava com a questão.

«Ouvimos, não raramente atacar a doutrina do utilitarianismo como uma doutrina sem Deus. Se é necessário dizer algo sobre uma hipótese tão simples, devemos afirmar que a questão depende da ideia que se formou sobre o carácter moral da Divindade. Se é uma crença verdadeira que Deus deseja, acima de tudo, a felicidade das suas criaturas, e que esta é a verdadeira finalidade da sua criação, a utilidade não só não é uma doutrina sem Deus, mas é mesmo mais profundamente religiosa que qualquer outra. Se se quer dizer que o utilitarianismo não reconhece a vontade revelada de Deus como a lei suprema da moral, responderei que um utilitarista que acredita na perfeita bondade e sabedoria de Deus, necessariamente acredita que aquilo que Deus tenha considerado conveniente revelar no tema da moral, tem de cumprir as exigências da utilidade num grau supremo. Mas outros, além dos utilitaristas, foram também da opinião que a Revelação Cristã teve como finalidade e é adequada, a informar os corações e mentes da humanidade com um espírito que lhe permita encontrar por si o que está certo, e incliná-los a cumpri-lo quando o encontram, em vez de lhes dizer, excepto num nível muito geral, o que isso é; e que precisamos de uma doutrina da ética, cuidadosamente seguida, para interpretar a vontade de Deus. Se esta opinião é correcta ou não, é supérfluo discutir aqui,

pois qualquer ajuda que a religião, quer natural quer revelada, possa dar à investigação ética, está tão aberta ao moralista utilitário como a qualquer outro. Ele pode usá-la como testemunho de Deus acerca da vantagem ou inconveniente de qualquer curso de acção, por um direito tão adequado como outros a podem usar como indicação de uma lei transcendental, sem nenhuma relação à vantagem ou à felicidade» (Mill: 1861, cap.2).

Stuart Mill é sempre o grande conciliador, procurando encontrar pontos de contacto e de diálogo entre as várias abordagens e os vários aspectos de cada questão (ver Mill: 1873, cap. V e VI). Esse pendor é bem evidente neste trecho. Mas, ao mesmo tempo, são também bem visíveis as limitações da sua abordagem intelectual, que levaram ao posterior abandono do utilitarismo e às dificuldades filosóficas da Economia.

O aspecto mais evidente neste texto da abordagem de Mill é a ausência do «pecado original». Este é também o maior problema do utilitarismo, que o transforma num ingénua utopia, todas as vezes que sobe acima do mero (e meritório) activismo social. A razão porque o prazer e a dor não são bons guias para determinar o bem e o mal está na corrupção da natureza humana. *«Não faço o bem que quero e sim o mal que não quero. Se faço o que não quero, já não sou eu que faço e sim o pecado que mora em mim» (Rm 7, 19-20).* A reflexão do Apóstolo é sumamente mais profunda que o simplismo do utilitarismo. A aderência a esse critério ingénuo permite a essa escola realizar obra social significativa, mas não resolve a multiplicidade de dilemas e contradições que levanta.

Por outro lado, a tentativa de conciliação de Mill entre a religião e a «doutrina da ética» manifesta o seu enviezamento. Note-se como a regras do utilitarismo se erigem em referência suprema, até do próprio Deus. Por outro lado, mantém-se a esquizofrenia de Adam Smith entre o plano divino e humano. Incrivelmente, o autor afirma mesmo que a religião cristã apenas indica o bem *«num nível muito geral»*, e por isso *«precisamos de uma doutrina da ética, cuidadosamente seguida, para interpretar a vontade de Deus»*. O utilitarismo aparece assim como uma espécie de poder executivo de uma religião abstracta e remota.

Com o utilitarismo, ligado à visão da Economia como estudo da riqueza, fica definitivamente arrumada a questão da relação com a felicidade. Mas isso não se fez sem protestos.

4. A consciência da fragilidade

A Economia foi sendo consagrada pelo seu sucesso intelectual. Mas a imponente imagem escondia os pés de barro da falta de fundamentação. Não cabe aqui mostrar a confirmação da via pelo sucesso empírico e técnico, nem a fragilidade que os problemas filosóficos iam criando. Basta considerar que existiram alguns autores essenciais que foram chamando a atenção para o problema. Algumas breves referências das mais significativas chegam para estabelecer esse facto.

4.1. *As preocupações de Alfred Marshall*

Após a «escola clássica» do discípulos directos de Smith, que tem como expoentes principais Ricardo, Mill e Karl Marx como se disse, nasceu a «escola neoclássica» que ainda hoje domina a ciência. Uma das principais figuras dos primeiros tempos dessa escola é, sem dúvida, Alfred Marshall (1842-1924).

O professor de Cambridge tinha uma postura moral bem marcada.

«Tal como os seus dois colegas, Henry Sidgwick e James Ward, na cátedra de Ciências Morais em Cambridge durante as últimas décadas do século XIX, Alfred Marshall pertencia à tribo de sábios e pastores; no entanto, também como eles dotado de uma dupla natureza, ele era também um cientista. Como pregador e pastor de homens ele não era particularmente superior a outras naturezas semelhantes. Como cientista ele era, no seu próprio domínio, o maior do mundo por mais de cem anos. No entanto, era ao primeiro lado da sua natureza que ele próprio preferia dar proeminência» (Keynes: 1924, 173).

Esta apreciação do seu aluno e amigo, e grande sucessor, John Maynard Keynes (1883-1946) mostra bem a evolução que se verificou. Deixamos de ter filósofos na Economia. Os mais profundos dos seus praticantes são «*sábios e pastores*», moralistas empenhados mas onde a qualidade do seu empenho social e da sua elaboração científica já não têm par com a fundamentação sistémica (ver Reisman: 1990, sobretudo cap.7).

Não podem restar dúvidas sobre os propósitos morais do trabalho de Marshall, na linha dos «*sábios e pastores*» vitorianos:

«Por volta da altura em que eu pela primeira vez me decidi a fazer um estudo tão profundo quanto possível da economia política (a palavra economia não tinha sido ainda inventada) vi numa montra um pequeno quadro a óleo [de uma cara de um homem com uma chocante expressão esquelética e tristonha, como de uma pessoa ao «Deus dará»] e comprei-o por alguns xelins. Coloquei-o sobre a lareira do meu quarto na universidade e a partir daí chamei-lhe o meu santo patrono, e dediquei-me a tentar descobrir como preparar homens como aqueles para o céu. Entretanto, fiquei bastante interessado no lado semi-matemático da economia pura, e temi tornar-me um mero pensador. Mas uma olhadela ao meu santo patrono parecia chamar-me de volta ao caminho certo. Isso foi particularmente útil depois de eu ter sido desviado do estudo dos fins últimos para questões sobre o Bimetalismo, etc, que em certa altura foram dominantes. Eu desprezava-as, mas o «instinto de caça» tentava-me nessa direcção» (citado em Keynes: 1924, cap. 14, p.200-1).

Marshall é, pois, uma das poucas personalidades que, nesta época decisiva, se pode dar conta da fraqueza filosófica da sua disciplina. No momento em que a Economia está pronta para vir a receber os grandes frutos da sua evolução científica, a sua figura principal declara explicitamente a sua preocupação sobre a fragilidade dos seus fundamentos.

«Os ideais e fins últimos de todo o nosso trabalho económico têm sido objecto de muita intensa discussão mas não de cuidadoso, completo e persistente estudo» (Marshall: 1907, 324).

Esta fragilidade tem consequências práticas, que Marshall, também refere.

«É um dito comum que temos mais razões para estarmos orgulhosos das nossas formas de fazer riqueza do que das nossas maneiras de a usar. Mesmo as classes trabalhadoras compram muitas coisas que lhes são nocivas. E as classes abastadas gastam vastas somas em coisas que acrescentam pouco à sua felicidade e muito pouco ao seu bem-estar mais elevado, mas que consideram necessárias para a sua posição social. Poucas pessoas afirmariam que um homem com 50 mil libras por ano tem provavelmente uma vida mais feliz que se tivesse apenas mil. Mas subir do lugar da sociedade que pertence às 1000 libras por ano para aquele que pertence às 50 mil é uma fonte de quase insaciável deleite para quase todos o tipo de homens e para as suas esposas. Mas esta satisfação não é, no entanto, ganho social líquido, pois alguma coisa tem de ser deduzida por causa do desgosto de alguns dos muitos homens e suas esposas que são ultrapassados no caminho» (Marshall: 1907, 324).

É evidente, assim, que o tratamento da riqueza, que a disciplina tomou como seu, está longe de permitir conclusões sobre a felicidade.

Mas Marshall conclui de forma algo satisfatória:

«Muito mais de metade, possivelmente até três quartos, do rendimento total da nação é dedicado a usos que levam à felicidade e à elevação de vida, quase tão eficientemente quanto é possível com a nossa limitada compreensão das artes da vida. Mesmo assim, há uma larga margem para melhoria» (Marshall: 1907, 329).

Podemos dizer que, para Marshall, a Economia é uma «teoria da felicidade a 66%».

4.2. A insatisfação de Joseph Schumpeter

A descendência alemã da Filosofia iluminista, após Immanuel Kant (1724-1804) e Friedrich Hegel (1770-1831), foi talvez muito mais rica que as demais em termos filosóficos. A sua ligação à Economia foi também muito estreita, através de Karl Marx, e depois de Carl Menger (1840-1921) e da sua escola austríaca. Um dos maiores expoente tardios dessa escola é, sem dúvida, Joseph Schumpeter (1883-1950).

O grande mestre austríaco de Harvard, autor da teoria do empresário em 1911, foi também o autor que mais fez pela elevação cultural da Economia, através da sua monumental «História da Análise Económica» (Schumpeter: 1954). Mas a obra que culmina a sua visão do sistema económica é o texto de 1942, «Capitalismo, Socialismo e Democracia» (Schumpeter: 1942). Nele, depois de estudado e admirado a eficácia do mecanismo capitalista, o autor afirma:

«No que toca às realizações económicas, não se deduz que os homens estejam «mais felizes» ou até «melhor» na sociedade industrial de hoje do que estavam numa mansão ou aldeia medieval. No que toca às realizações culturais, pode aceitar-se todas as palavras que escrevi e, no entanto, odiá-lo – o seu utilitarismo e a destruição massiva de Significado que lhe é natural – do fundo do coração. Pode dar-se menos valor à eficiência do processo capitalista em produzir valores económicos e culturais ao tipo de seres humanos que gera, e que depois deixa entregues a si mesmos, livres para fazer da sua vida uma confusão» (Schumpeter: 1942, cap. XI).

Schumpeter está bem consciente da limitação da análise económica e da distância que vai do «bem-estar» à «felicidade». No entanto, no meio da segunda guerra mundial, a visão de Schumpeter era profundamente pessimista (ver Swedberg: 1991, cap.8). Assim, a sua conclusão é bastante fatalista.

«Mas a humanidade não é livre para escolher ... As coisas económicas e sociais movem-se pela sua própria dinâmica e as situações resultantes compelem os indivíduos e os grupos a comportar-se de certa maneira, independentemente do que queiram fazer. Não destruindo a sua liberdade de escolha, mas formando as mentalidades de escolha e limitando a lista de possibilidades de onde escolher» (Schumpeter: 1942, cap. XI).

5. Conclusões

A Economia, apesar de ter nascido no seio da Filosofia moral, depressa perdeu a profundidade de análise, desligando-se dos problemas mais profundos da natureza humana, para se dedicar a questões mais pragmáticas, como a riqueza e as mercadorias. Nas últimas décadas, um número crescente de economistas tem vindo a utilizar os métodos de análise desta ciência para analisar outras escolhas humanas em múltiplos campos. De qualquer modo, a origem iluminista da Economia, impede-a em geral de considerar as grandes perguntas da natureza humana. Este ponto exige grande reflexão sobre os limites intelectuais da estrutura lógica da Economia.

Mas é impossível fugir à influência destes problemas fundamentais na vida humana. Assim, eles manifestam-se no dia-a-dia pelas discussões à volta das relações entre o bem-estar que o progresso faculta e a verdadeira felicidade dos povos. Para os economistas, parece evidente que o bem-estar é uma precondição para essa felicidade, razão pela qual todos os seres humanos combatem a pobreza, a carência e a miséria. Marshall, como vimos, considera que cerca de 66% da riqueza contribui para a felicidade.

Mas, por outro lado, essa relação não pode ser linear. Aliás, ela parece tornar-se negativa em certas circunstâncias ou, pelo menos, a partir de certo nível:

«Ai de vós, ricos, porque já recebestes a vossa consolação! Ai de vós, que agora estais saciados, porque tereis fome!» (Lc 6, 24-25).

«É mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino de Deus»(Lc 18, 25).

S. Tomás de Aquino esclarece essa relação entre riquezas e felicidade de forma cristalina:

«As riquezas não são o fim último do governo doméstico, mas elas tomam o lugar de instrumentos, como diz Aristóteles. Ora o fim último do governo doméstico é o bem-viver total no interior da sociedade familiar» (Aquino (1274): II-II,50,3,1) «O veneno mortal para a caridade é a cobiça que leva o homem a colocar o seu fim nos bens temporais» (Aquino (1274): II-II 99,6,1)

REFERÊNCIAS

- AQUINO, S.Tomás de (1274)–*Summa Theologiae*, Paris, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1994.
- ARISTÓTELES (1926)–*The Nicomachean Ethics*, translated by H. Rackam, M.A., The Loeb Classical Library, vol. XXI, Harvard University Press.
- BECKER, Gary. (1976)–*The Economic Approach to Human Behavior*, The University of Chicago Press.
- COURNOT, A. Augustin (1838)–*Mathematical Principles of the Theory of Wealth*, Augustus M.Kelley Pub., Fairfield, New Jersey, 1971.
- KEYNES, John Maynard (1924)–«Alfred Marshall», *Economic Journal*, reeditado em Keynes (1933) «Essays in Biography», Macmillan, 1972.
- MACINTYRE, Alasdair (1984)–*After Virtue: a Study in Moral Theory*, 2.^a ed., London: Duckworth.
- MARSHALL, Alfred (1907)–«The Social Possibilities of Economic Chivalry», *Economic Journal*, Março, reeditado *Memorials of Alfred Marshall*, ed. A. C. Pigou, Macmillan, 1925.
- MARX, Karl (1865)–*O Capital*, (2.^o liv. 1885, 3.^oliv. 1894), Difel Difusão Editorial, São Paulo, 1985.
- MILL, John Stuart (1848)–*Principles of Political Economy*, London, Augustus M. Keley Pub., Fairfield, New Jersey, 1987.
- MILL, John Stuart (1861)–*Utilitarianism*, Oxford University Texts, ed. by Roger Crisp, Oxford University Press.
- MILL, John Stuart (1873)–*Autobiography*, trad. espanhola *Autobiografía*, Alianza Editorial, Madrid, 1986.

- NEVES, J.César (1999) – «O Problema Ético da Economia: um Esforço de Resgate» , *Didaskalia*, vol XXIX n.º 1-2, In Honorem D.José Policarpo.
- REISMAN, David (1990) – *Alfred Marshall's Mission*, Macmillan, London.
- RICARDO, David (1817) – *The Principles of Political Economy and Taxation*», trad. portuguesa *Princípios de Economia Política e Tributação*, Fund Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1978.
- ROSS, Ian Simpson (1995) – *The Life of Adam Smith*, Clarendon Press, Oxford.
- SCHUMPETER, Joseph (1942) – *Capitalism, Socialism and Democracy*, George Allen & Unwin, 5th ed., 1981.
- SCHUMPETER, Joseph (1954) – *History of Economic Analysis*, Oxford University Press, New York.
- SMITH, Adam (1759) – *The Theory of Moral Sentiments*, Liberty Classics, Indianapolis, 1976.
- SMITH, Adam (1776) – *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, tradução portuguesa *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*», Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.
- SWEDBERG, Richard (1991) – *Joseph Schumpeter. His Life and Work*, Polity Press, Cambridge, U.K.

JOÃO CÉSAR DAS NEVES